

PLATAFORMA IABsp

CARTA PROGRAMA 2020-2022

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL - DEPARTAMENTO SÃO PAULO

1. CONTEXTO

A complexidade das dinâmicas urbanas e aprofundamento das graves iniquidades sócio-territoriais exigem reflexão sobre os papéis, posicionamentos e as atuações das arquitetas, arquitetos e urbanistas em direção à promoção da cidade como bem comum e do fortalecimento do projeto como instrumento de diálogo para transformação crítica da realidade.

O IAB tem longa tradição, desde sua fundação, em posicionamentos e na formulação de documentos propositivos em assuntos que afetam a arquitetura e urbanismo e o modo de vida da sociedade, de modo a contribuir com as políticas públicas no país, a criação de novas formas de interpretar e intervir nas cidades, além de produzir espaços construídos.

Persistem ainda amplos desafios frente ao dramático quadro de ampla desigualdade social e seu rebatimento urbano-ambiental, com deficiência na oferta e acesso à infraestrutura, habitação, equipamentos e serviços urbanos. O atual contexto e conjuntura política de ameaças e regressões democráticas, ataques a direitos sociais e a valores civilizatórios, acompanhados do agravamento das condições de trabalho, do desmonte de valores, fundamentos e atividade do urbanismo e planejamento são alguns exemplos que reforçam a atual necessidade de reafirmarmos nosso compromisso social e profissional.

Os processos de produção dos espaços urbanos brasileiros são profundamente estruturados por disputas mercantis, lógicas particulares de posse e propriedade do espaço sobre o interesse coletivo, escamoteamento da esfera pública por interesses corporativos e marcas do passado colonial e escravagista. São processos que resultam em cidades com raízes excludentes, desiguais e injustas, calcadas na invisibilização física e imaterial de parcelas substantivas da sociedade vulneráveis, das periferias urbanas – em sua maioria habitadas pela população negra e pobre – e no apagamento da história de opressão e resistência de povos originários.

Trata-se de um momento em que o exercício profissional em Arquitetura e Urbanismo é colocado em xeque não apenas pela hipótese de desregulamentação da profissão, do avanço de agendas retrógradas que pretendem desconstruir a necessária reforma urbana, como também por um processo de implementação de práticas de ensino que desconstróem pedagogias humanistas, esforços de construções coletivas e formação cidadã. Está colocada a necessidade de efetivamente ampliar o exercício da Arquitetura e Urbanismo junto a este contexto de constante e crescente precariedade em que vivemos – um quadro de desigualdades sociais crônicas e crise climática –, e reafirmar princípios fundamentais da função social da cidade, do direito à cidade e da universalização do acesso a serviços urbanos, para trilhar novos modos de expressão junto à sociedade.

É fundamental a construção coletiva de conteúdos programáticos que apontem a entidade para um horizonte de atuação crítica e propositiva, fazendo-se ainda mais presente e relevante nos principais fóruns e debates contemporâneos sobre a produção arquitetônica e o ordenamento urbano-territorial, de modo a contribuir decisivamente na construção de um projeto de desenvolvimento nacional.

2. IABsp COMO PLATAFORMA ABERTA

Diante deste contexto busca-se reforçar o papel do IABsp como meio para amparar e (re)estabelecer conexões entre a multiplicidade de práticas sobre os mais variados temas relacionados à arquitetura e urbanismo, caracterizando-se então como uma plataforma aberta à proposição de todos associados, frente à realidade contemporânea da profissão.

2.1 PLATAFORMA DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Com propósito de fomentar a discussão crítica e propositiva nos processos de planejamento, ordenamento e reestruturação territorial, urbana e ambiental do Estado de São Paulo, regiões metropolitanas e da capital, é fundamental a consolidação da atuação do IABsp em rede e parcerias com entidades, grupos de pesquisa, movimentos sociais e coletivos, promovendo um fórum permanente de debate, leituras transversais e consequentes para a articulação territorial das principais políticas setoriais, como habitação, mobilidade, saneamento ambiental, sistema de áreas verdes e espaços livres, desenvolvimento econômico sustentável e patrimônio cultural:

- Acompanhar a implementação de políticas públicas relacionadas ao campo da Arquitetura e Urbanismo, por meio do corpo de representantes do IABsp nas diferentes instâncias de participação social e do estabelecimento de redes colaborativas com entidades, pesquisadores, movimentos sociais para consolidação de Grupos de Trabalho temáticos para discussão sobre as principais pautas e deliberações tratadas nestas instâncias participativas;
- Ampliar a participação do IABsp nos diferentes órgãos e instâncias de participação social, sobretudo naqueles da esfera do Estado de São Paulo, visando incidir cada vez mais nos processos participativos e garantir espaço nos processos de tomadas de decisões do Poder Público;
- Dar ampla publicidade às decisões e posicionamentos defendidos pelo IABsp nas instâncias de participação social junto ao Poder Público, bem como criar mecanismos participativos –de escuta e trocas no processo de construção de tais posicionamentos – e de suporte jurídico-administrativo ao pleno exercício dos representantes;
- Estruturar novos projetos que dialoguem com as esferas de políticas públicas, como Observatórios de Política Urbana-Ambiental, Laboratórios de Intervenção Territorial e Assessorias Técnicas, que sejam frentes de atuações práticas e experimentais, vinculadas à demandas reais e organizações sociais, comunitárias, populares resultando em transformações concretas, fundamentadas em processos de planejamento popular participativo;
- Constituir Grupos de Trabalho temáticos que dêem ênfase e protagonismo à discussões das interrelações entre políticas urbanas, lógicas territoriais, desigualdades e dinâmicas sociais discriminatórias, raciais, de gênero, classe, origem, orientação sexual, crença e de população em quaisquer processo de vulnerabilização social; à valorização das identidades, memórias, ancestralidades, saberes e presença

territorial de povos originários, indígenas e africanos, aldeias, quilombos, refugiados, migrantes e imigrantes, como parte fundante do espaço urbano que habitamos;

- Articular o conjunto de arquitetas e arquitetos, urbanistas, principalmente àquelas e àqueles em formação, para a importância da participação na construção de legislações que promovam melhorias concretas nas cidades.
- Propor leituras do território que modifiquem a forma de se pensar políticas urbanas, isto é, a partir de uma visão da importância do “local” como foco das mudanças para conseguirmos uma melhor qualidade de vida. Para enfrentar as grandes diferenças nos territórios e grupos sociais nas cidades não pode existir uma única agenda para as cidades. Por isso nossas leituras deverão se abrir em várias dimensões, como mostra os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.
- *Fomentar ações que visam aproximar conhecimentos, reconhecendo a produção de saberes em seus contextos diversos, sobretudo aqueles historicamente inviabilizados pelas dinâmicas de poder nos contextos geopolíticos brasileiros.*

2.2 PLATAFORMA CULTURAL

Promover o estímulo, reconhecimento, fomento e difusão às práticas e realizações transformadoras no campo da cultura arquitetônica e urbanística, sobretudo valorizar a construção de ações que apresentem qualidades decoloniais, contra-hegemônicas, que exercitem novas linguagens, novas formas de uso e ocupação; exercendo o diálogo crítico entre a preservação do ambiente construído e sua relação com a sociedade, promovendo profundas reflexões conceituais e contextuais sobre diferentes aspectos relacionados à vida nas cidades, às cadeias produtiva da produção do espaço, material e imaterial, aos usuários desses espaços físicos e às práticas cotidianas.

- A XII Bienal (realizada em 2019) lançou uma chamada aberta para que arquitetas, arquitetos, artistas, curadores propusessem a linha curatorial do evento. O sucesso da chamada aberta foi revelada pela qualidade e quantidade de propostas. O tema selecionado propôs a discussão do cotidiano dos espaços públicos e arquitetônicos ocupando dois edifícios de grande vitalidade na cidade de São Paulo. A XIII Bienal (2021) deverá consolidar este modelo de chamadas abertas como mecanismo de ampliação do debate e realizar discussões mais intensa, amplas e constante com o coletivo de profissionais do campo da Arquitetura e Urbanismo e o público geral;
- Estruturar modelo de projeto institucional para gestão da XIII Bienal, bem como as futuras bienais, visando sua sustentabilidade administrativa, financeira e permanente aderência às questões da cultura arquitetônica e urbanística contemporânea;
- Fomentar a realização de debates, fóruns, seminários, colóquios, oficinas, encontros para refletir sobre complexidades prementes de nossas realidades locais, regionais, nacionais e internacionais, pautando o fortalecimento do projeto e seu papel fundamental na construção de horizontes visando a superação e transformação crítica da realidade;
- Estimular reflexões sobre os acervos de projeto de arquitetura a partir de discussões com especialistas de maneira a promover políticas de preservação para instituições, escritórios particulares e para o próprio IAB;

- Estruturar canais e espaços de discussão e difusão de diferentes linguagens culturais (audiovisual, exposições, entre outras);
- Divulgar e promover a produção do Arquitetos e Estudantes de arquitetura do Estado de São Paulo.

2.3 PLATAFORMA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Promover atividades relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão sobre Arquitetura e Urbanismo e consolidar um espaço para o debate sobre os temas prementes que impactam e demandam profundas reflexões sobre a formação do arquiteto e urbanista. Isso implica construir um diálogo que compreenda, de modo representativo, as instituições e os profissionais de ensino do Estado.

- Fomentar atividades e disciplinas que propiciem a integração de docentes e estudantes das diversas instituições de ensino de todo o Estado fortalecendo o debate dos desafios da profissão e das questões urbanas e ambientais promovendo a difusão de conhecimento;
- Promover e apoiar cursos de extensão em parceria com os associados;
- Promover em parceria com outras entidades, grupos e coletivos dedicados ao ensino, pesquisa e extensão que apoiem o exercício profissional de arquitetos e urbanistas;
- Fomentar pesquisas aplicadas à atuação dos arquitetos e urbanistas em parceria com os associados e demais entidades promotoras do conhecimento científico;
- Promover o debate sobre o ensino de arquitetura e urbanismo em relação aos ensinos infantil, fundamental e médio;
- Consolidar uma rede de contatos representativa das diversas instituições de ensino de arquitetura, visando a construção de um fórum para debate das pautas do instituto referentes ao assunto. Essa iniciativa também deverá contribuir para estabelecer uma plataforma de difusão para os cursos e eventos realizados pelo IAB, que tem o compromisso de refletir sobre os temas de interesse que surgem desse diálogo.

2.4 PLATAFORMA DE FORTALECIMENTO PROFISSIONAL

Contribuir ativamente com o processo de discussão de legislações que impactam diretamente as formas de contratação das arquitetas e arquitetos, ao pleno exercício profissional e à construção do respaldo legal que permita a qualificação das práticas projetuais; aprofundar a discussão e promover espaços para leitura crítica a respeito da emergência de novas formas de atuação profissional, à luz de inovações tecnológicas, re-arranjos produtivos, crises ambientais e mudanças nos contextos políticos e econômico; fomentar e valorizar formas de ação e atuações profissionais junto à organizações sociais, comunitárias, populares, em processos participativos e autogestionários:

- Atuar para o fortalecimento das demais entidades profissionais do campo da Arquitetura e Urbanismo, sobretudo às integrantes do CEAU-SP, de modo a estruturar projetos e ações conjuntas, visando fortalecer o exercício da profissão e as práticas projetuais nas suas mais diferentes formas;

- Ampliar a participação e representação do IABsp em órgãos e instâncias públicas de discussão do exercício profissional como Comissões da ABNT, do CAU-SP, das Prefeituras Municipais e Governo do Estado;
- Constituir internamente Grupos de Trabalhos temáticos, permanentes, para estudar os marcos regulatórios que interferem na atuação profissional buscando seu aprimoramento;
- Estruturar novos projetos que dialoguem com as esferas de regulamentações das práticas profissionais, como o Observatório de Normas e Regramentos de Projetos Arquitetônicos e Projetos Urbanos e o Observatório de Licitação de Obras Públicas;
- Promover a difusão e defesa ativa da promoção de Concursos Públicos de Projetos que possibilitem o debate sobre o futuro e os projetos de transformação de nossas cidades, junto às organizações sociais, iniciativa privada e, principalmente, o Poder Público

2.5 PLATAFORMA DE DIÁLOGO, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Adotar práticas de integridade e combate ao racismo institucional, transparência das atividades internas, escuta aos associados e coletivo de arquitetas e arquitetos; fortalecimento de mecanismos de participação, possibilitando o amplo acesso, a dimensão de interlocução pública e a abertura à participação social na tomada de decisões institucionais, pautando o IABsp.

- Articular e organizar múltiplos encontros de arquitetas, arquitetos e urbanistas com representantes, pesquisadores, militantes e ativistas de diferentes campos de conhecimento, atuação e práticas, buscando criar pontes entre demandas e projetos latentes;
- Promover a construção de projetos, espaços de discussão e leituras críticas que dialoguem com as inter-relações entre o campo da Arquitetura e Urbanismo e a multidimensionalidade de segregações sociais e territoriais; a subsistência de sistemas de opressão e violência, discriminações baseadas no racismo, sexismo, classismo, xenofobia, homofobia, capacitismo e transfobia;
- Atuar estrategicamente para abarcar os desafios de contribuir para a popularização, ampliação e difusão do acesso à cultura arquitetônica e urbanística, amparadas pelos conceitos do direito à cidade e de função social da cidade;
- Ampliar mecanismos de transparência, participação e escuta na gestão da entidade, consolidando também o modelo de Chamadas Abertas como ferramentas e mecanismos fundamentais para abertura da entidade a propostas e proponentes;
- Implementar periodicidade de reuniões abertas aos associados e interessados, de assembléias para prestação de contas e debate dos principais projetos da entidade e viabilização de processos permanentes de consultas e enquetes aos associados e interessados, por meio de formulários e busca ativa;
- Contribuir para estruturação de um campo permanente, interdisciplinar, de discussão e debates entre arquitetas e arquitetos atuantes nos mais diversos segmentos profissionais, movimentos sociais, entidades, pesquisadores, estudantes, coletivos, para promoção de discussão acerca da produção arquitetônica, de dinâmicas urbanas, a fim de consolidar fóruns e espaços amplos e democráticos para encontros e trocas.

3. INSTITUCIONAL

É premente que o IAB continue o seu processo de fortalecimento institucional e saneamento financeiro implementado pelas gestões anteriores e avançando outras formas alternativas de sustentabilidade e manutenção para que o Instituto seja forte, independente e atuante.

- Fortalecer o IAB em todo o Estado de São Paulo, com igual intensidade, sendo compromisso dessa gestão a ampliação das ações junto aos núcleos;
- Consolidar o processo de revisão do estatuto do IABsp, colocado como recomendação nacional no último encontro do Conselho Superior do IAB (nacional). O que inclui paridade de gênero na composição dos membros do Conselho Consultivo e Diretoria cota mínima para pessoas auto-declaradas negras, pardas e indígenas;
- Consolidar modelo de associação (faixas, preços, cobrança mensal, benefícios, carteirinha) e sistema digital de gestão das associações; estabelecer consultas e canais de contato, relacionamento e escuta (presenciais: encontros periódicos; e virtuais: formulário de pesquisa de opinião, email e redes sociais) junto aos associados;
- Consolidar o equilíbrio fiscal (receitas/despesas); apontar medidas realizadas para a sustentabilidade financeira (ativação do edifício, locações, parcerias com entidades, plano anual, entre outras) e medidas a serem realizadas (fundo patrimonial, finalizar o pagamento de dívidas antigas);
- Consolidar política de transparência e monitoramento da execução fiscal, com balanços e relatórios anuais;
- Fomentar e promover atividades de difusão de conhecimento que propiciem a construção de uma plataforma de apoio contínuo à formação, pesquisa, reflexão e crítica sobre o momento da arquitetura e do urbanismo em São Paulo, no Brasil e no mundo, bem como sobre a atividade profissional. Portanto buscaremos pautar nestas atividades e nos espaços de representatividade já conquistados pelo Instituto, a defesa de princípios e agendas de engajamento político dos arquitetos e urbanistas em torno de questões urbanas e do exercício profissional.

4. APRESENTAÇÃO

Cargo	Nome
Presidente	Fernando Túlio Salva Rocha Franco
1º vice-presidente	Gabriela de Matos Moreira Barbosa Brandão
2º vice-presidente	Hannah Arcuschin Machado
Vice-presidente financeiro	Tamires Carla de Oliveira
Diretor Financeiro	Marlon Rubio Longo
Diretora de Cultura	Sabrina Studart Fontenele Costa
Diretora de Políticas Públicas	Maíra Fernandes Silva
Diretora de Ensino	Mariana Martinez Wilderom Chagas
Diretor de Desenvolvimento Profissional	Anderson de Almeida

Diretor de Relações Institucionais

Danilo Hideki

Diretor Regional

Claudio Barbosa Ferreira

Secretário Geral

Marcelo Fonseca Ignatios

1º secretário

Rafael Mielnik

2º secretária

Sheroll Martins Silva

Conselheira Fiscal

Kaísa Isabel da Silva Santos

Conselheira Fiscal

Thamires Mendes dos Santos

Conselheira Fiscal

Natasha Mincoff Menegon

Conselho Superior (Titulares)

Edson Elito

Nadia Somekh

Marco Artigas Forti

Lua Nitsche

Alan Cury

Rossella Rossetto

Audrey Carolini Anacleto de Lima

José Borelli Neto

Conselho Superior (Suplentes)

Larissa Garcia Campagner

Ricardo de Andrade Hofer

Marcela Alonso Ferreira

Maria Claudia Levy Figliolino

Kelly Cristina Fernandes Augusto

Paola Trombetti Ornaghi

Fabiane Carneiro

Marco Peixe